



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO Nº 11.517.061-9 PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 049/2012
GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL



CONTRATO de fornecimento de materiais de construção e hidráulicos, obedecidos os quantitativos e preços por item, que entre si celebram a SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS – SEJU e a Empresa VICO COMÉRCIO DE FERRAGENS LTDA.



A SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS – SEJU, com sede na Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n, 2º andar, Ala D, Centro Cívico, Curitiba, Paraná, CEP 80.530-915, CNPJ nº 40.245.920/0001-94, a seguir denominada apenas SEJU, neste ato representada por sua titular, **MARIA TEREZA UILLE GOMES**, RG 3.028.650-2 e CPF 535.731.619-87, e a empresa **VICO COMÉRCIO DE FERRAGENS LTDA**, com sede em Curitiba - Paraná, na Rua José Alcides de Lima nº 565, Bairro Novo Mundo, CEP 81.050-340, CNPJ nº. 80.834.732/0001-16, e-mail vico.ferragens@bol.com.br, telefone (041) 3018-1290, a seguir denominada **CONTRATADA**, representada por seu Sócio Administrativo, Sr **LEONIDAS SERAPIÃO DOS PRAZERES**, CPF nº 184.558.409-00, celebram o presente Contrato, decorrente do **protocolo nº11.517.061-9 – licitação PP nº 017/2012- Pregão Presencial**, sujeitando-se as partes à Lei Federal nº. 10.520/2002, e Lei Estadual nº 15.608/07, e suas alterações posteriores, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, além das demais disposições legais aplicáveis e às cláusulas deste.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto do presente contrato é para o fornecimento de materiais de construção e hidráulicos, nos termos especificados no Termo de Referência, bem como na proposta da CONTRATADA, partes integrantes e inseparáveis deste instrumento.

DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA: Observado o disposto no art. 67 da Lei Federal nº. 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização dos serviços ou fornecimento objeto deste contrato serão realizados pela Comissão de Recebimento e Fiscalização designada pela Portaria nº 1592/2008 - DEPEN.

2.1. O acompanhamento e fiscalização deste Contrato pela SEJU não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelo cumprimento das obrigações decorrentes deste instrumento.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA TERCEIRA: Constituem obrigações:

3.1. Da SEJU:

3.1.1. Efetuar o pagamento nos termos especificados neste Contrato.



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.517.061-9 PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 049/2012
GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL



3.1.2. Definir a quantidade de materiais a serem entregues, o prazo e o local da entrega.

3.1.3. Notificar a CONTRATADA quanto à irregularidade observada na execução do Contrato, fixando-lhe prazo para corrigi-la, sendo que a reincidência acarretará as sanções previstas neste Termo.

3.1.4. Rejeitar o fornecimento efetivado em desacordo com o previsto neste Contrato, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto.

3.1.5. Assegurar, respeitadas as normas internas, o acesso dos funcionários da CONTRATADA ao local de entrega dos materiais, desde que devidamente identificados por crachá.

3.2. Da CONTRATADA:

3.2.1. Cumprir fielmente o contrato, de modo que os materiais sejam fornecidos de acordo com as exigências estabelecidas, ressalvado a SEJU o direito de, a qualquer tempo e sempre que julgar necessário, proceder à análise dos materiais fornecidos, ficando o ônus decorrente desta análise a cargo exclusivo da CONTRATADA.

3.2.2. Fornecer os materiais obedecendo às quantidades requisitadas, horários, prazos e locais estabelecidos para a entrega.

3.2.3. Proceder à substituição dos materiais considerados impróprios para o uso.

3.2.4. Aceitar, mediante solicitação da SEJU, que se procedam a mudanças nos dias e horários de entrega de materiais, sempre que houver necessidade.

3.2.5. Manter estoque mínimo na quantidade necessária para assegurar a continuidade do fornecimento.

3.2.6. Facilitar, se solicitado, o acesso de servidor da SEJU às suas dependências para efeito de fiscalização e controle de qualidade dos materiais objeto deste Contrato.

3.2.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais eventualmente contratados para a execução deste Contrato, previstos na legislação pátria vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como taxas, impostos, frete/carreto, embalagens e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento ora contratado.

3.2.8. Indenizar a SEJU por todo e qualquer dano decorrente da execução do presente Contrato, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos.

3.2.8.1. Para garantia do ressarcimento do dano, total ou parcial, tem a SEJU o direito de retenção sobre o pagamento devido à CONTRATADA.

3.2.9. Cumprir o disposto no inciso V do art.27, da Lei Federal nº. 8.666/93.

3.2.10. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, devendo comunicar a SEJU, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução do contrato.

3.2.11. Indicar representante da empresa, em Curitiba /PR, responsável pela gestão do contrato, informando endereço, telefone, fax e *email*.

DA ENTREGA

CLÁUSULA QUARTA: A execução será única, ocorrendo em até 30 (trinta) dias da data da expedição da Ordem de Fornecimento.

4.1. A entrega dos itens deverá ser junto ao Penitenciária Central do Estado do Paraná – PCE, localizada à Rua das Palmeiras, s/n°, Cep: 83301-970 – Piraquara, Paraná, em dias úteis, dentro do horário comercial.



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.517.061-9 PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 049/2012
GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL



4.2. Os materiais deverão ser entregues na Av. Anita Garibaldi, 750 Ahú Curitiba Paraná, Fone: (41) 3313.3801, em dias úteis, dentro do horário comercial.

4.3. Fornecer os materiais com prazo de validade mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data da entrega do material. Para materiais com prazo de validade igual ou inferior a 1 (um) ano, por ocasião da entrega o prazo ainda vigente deve corresponder a, no mínimo, 90%.

4.4. Os materiais deverão ser industrializados, entregues acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de modo a permitir completa segurança, quando for o caso.

DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

CLÁUSULA QUINTA: Executado o contrato, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.

5.1. O recebimento provisório e o definitivo dos materiais não exclui a responsabilidade civil a eles relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução e dar-se-á, o provisório, se satisfeitas as seguintes condições:

- a) de acordo com as especificações apresentadas;
- b) nas quantidades estipuladas pela SEJU;
- c) devidamente embalado, quando for o caso (sem violação e deformação), acondicionado e identificado nas embalagens originais lacradas;
- d) nos prazos e horários de entrega informados pela SEJU.

5.1.1. O material em evidente desconformidade com as especificações exigidas será recusado no ato da entrega, sob total responsabilidade da CONTRATADA, que deverá providenciar sua reposição em até 02 (dois) dias úteis.

5.2. O recebimento definitivo dos materiais dar-se-á:

- a) após a verificação física – feita por amostragem - para constatar a sua integridade;
- b) após a verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Contrato e amostra aprovada.

5.3. Satisfeitas as exigências acima, será lavrado Termo de Recebimento Definitivo.

5.4. Se as condições de recebimento forem insatisfatórias, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o material rejeitado ser substituído no prazo de 02 (dois) dias úteis, quando serão realizadas novamente as verificações acima referidas.

5.4.1 Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste Contrato.

DO PRAZO

CLÁUSULA SEXTA: Será de 6 (seis) meses o prazo de vigência do presente Contrato, contados a partir da data de assinatura.

DO VALOR

CLÁUSULA SÉTIMA: Dá-se a este Contrato o valor de R\$ 9.705,83 (nove mil setecentos e cinco reais e oitenta e três centavos).

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	MARCA	UNID	QUANT	VALOR TOTAL
31	Lixa média para madeira	CARBURUNDUM	pç	400	R\$ 123,20



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.517.061-9 PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 049/2012
GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL



40	Dobradiça de ferro cromado 3 1/2" x 3"	MGM	pç	40	R\$ 62,00
44	Fechadura externa, maçaneta francesa, espelho retangular inox	MGM	ud	12	R\$ 327,84
49	Assento universal basico, conf. memo.	KAP	pç	103	R\$ 1.320,00
50	Tubo ligação c/spud Ø1 1/2", conf. memo.	KAP	pç	85	R\$ 268,35
51	Parafuso fixador para bacia e bide, conf. memo.	EMBAFIX	par	85	R\$ 121,74
55	Válvula em plástico branco 1" s/unho p/lavatório	GRAP	pç	3	R\$ 3,32
56	Parafuso fixador para lavatório, conf. memo.	EMBAFIX	par	3	R\$ 8,58
57	Engate flexível cromado de 1/2" - 30cm	LUCONE	pç	3	R\$ 14,76
58	Torneira cromada p/lavatório 3/4", tipo A, conf. memo.	MARTE	pç	3	R\$ 71,52
59	Chuveiro elétrico 5500W 220V - metálico	SINTEX	pç	1	R\$ 24,35
60	Braço para chuveiro Ø 1/2" de alumínio	KAP	pç	1	R\$ 2,09
67	Tubo PVC ríg. soldável, marrom, Ø40mm (1 1/4")	CARDINALI	barra	35	R\$ 852,16
69	Te 90° PVC tipo PB, 25mm(3/4"), conf. memo.	KRONA	pç	105	R\$ 40,95
72	Te sanitário PVC esgoto Ø100x100mm, c/ junta sold	KRONA	pç	100	R\$ 600,00
73	Joelho 90° PVC tipo PB, 25mm (3/4"), conf. memo.	KRONA	pç	10	R\$ 2,46
77	Anel de borracha Ø 50mm	AMANCO	pç	3	R\$ 2,10
78	Cx sifon. PVC Ø100x100x50mm c/grelha e porta grelha	HERC	pç	3	R\$ 17,73
81	Curva 90° PVC ríg, sold,	KRONA	pç	200	R\$ 348,00



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.517.061-9 PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 049/2012
GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL

SEJU
N.º 249
Visto

CAS/SEJU
Fls. 250

	marrom, Ø 40mm (1 1/4")				
83	Curva 90° longa PVC esgoto Ø100mm, c/junta sold.	KRONA	pç	200	R\$ 2.710,00
84	Joelho 45° de PVC esgoto Ø40mm	KRONA	pç	6	R\$ 4,98
86	Luva PVC ríg, sold, marrom, Ø25mm (3/4")	PLASTILIT	pç	100	R\$ 30,00
87	Luva PVC ríg, sold, marrom, Ø40mm (1 1/4")	KRONA	pç	100	R\$ 170,00
88	Luva PVC ríg, sold, marrom, Ø50mm (1 1/2")	KRONA	pç	30	R\$ 43,26
89	Luva de PVC esgoto Ø 100mm, com junta soldável	KRONA	pç	100	R\$ 270,00
90	Adesivo para tubo de PVC-bisnaga 75 g	PULVITEC	ud	50	R\$ 135,00
91	Solução limpadora para tubo de PVC	AMANCO	l	5	R\$ 59,90
92	Ducha plástica, inclusive tubo de ligação	LUCONI	ud	100	R\$ 440,00
98	Curva longa 90° p/eletroduto PVC de 19 mm (3/4") - cinza	LUMA	Und	45	R\$ 29,70
99	Luva para eletroduto diâmetro nominal 19mm (3/4") - cinza	LUMA	Und	200	R\$ 132,00
102	Perfilado metálico 38x38mm, com suportes.	APOIO	Und	15	R\$ 390,00
109	Conjunto com: 1 Tomada 2P+T (10A), c/tampa uma posição, para condutele 3/4"	APOIO	Cjto	26	R\$ 126,10
116	Conjunto Refletor, com lâmpada Vapor metálico 250W-220V, reator e demais acessórios.	SPOTLUX	cjto	3	R\$ 750,00
117	Quadro de distribuição de energia QD, de embutir 16 posições para disjuntores secundários e 01 disjuntor Geral, com porta e fechadura	OLIPE	cjto	1	R\$ 145,00



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO Nº 11.517.061-9 PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 049/2012
GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL



	com chave,				
139	Parafuso sextavado zincado 1/4"x1"	VONDER	ud	300	R\$ 27,90
140	Porca sextavada zincada 1/4"	VONDER	ud	300	R\$ 10,80
142	Arruela lisa 1/4" zincada	VONDER	ud	300	R\$ 10,80
144	Bucha de nylon nº6	VONDER	ud	200	R\$ 3,08
145	Arruela lisa 5 mm	VONDER	ud	200	R\$ 6,16

7.1. O valor previsto correrá à conta da Dotação Orçamentária 4903.14421034.183 – Gestão do Sistema Penitenciário, rubrica orçamentária 3390.3009 – Material para Reparos e Manutenção de Bens Imóveis, Fonte de Recursos: 100 - NOTA DE EMPENHO Nº 49000000201753-1.

7.2. Os preços são os mesmos constantes da proposta apresentada pela CONTRATADA.

7.3. Já estão incluídas no preço total todas as despesas de frete, embalagens, impostos, transporte, mão de obra e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações deste Contrato.

7.4. Os preços estabelecidos neste contrato são fixos e irrevogáveis durante a sua vigência.

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA apresentará ao Grupo Auxiliar Administrativo – GAA, do Departamento Penitenciário do Paraná, a Nota Fiscal relativa ao fornecimento ocorrido, contendo discriminação clara e precisa do objeto contratado e seus elementos característicos como identificação do item, especificação, quantidade e preços unitário e total, acompanhada dos originais das Certidões de Regularidade junto ao INSS, FGTS e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União junto à Receita Federal do Brasil (válidas e regulares).

8.1. A SEJU, identificando qualquer divergência na Nota Fiscal, devolve-la-á à CONTRATADA para a devida regularização, sendo que o prazo estipulado no subitem 8.3 será contado a partir da sua reapresentação com as devidas correções ou esclarecimentos.

8.2. O valor da Nota Fiscal será o resultante da soma dos preços constantes nas notas fiscais de fornecimento, conferidas e assinadas por servidores da SEJU.

8.3. O pagamento será depositado na conta bancária da CONTRATADA até o 15º (décimo quinto) dia útil após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste no verso da Nota Fiscal, pelo órgão encarregado do pagamento no âmbito do DEPEN/SEJU.

8.4. A SEJU se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos da CONTRATADA, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

8.5. O pagamento referente a cada remessa dos materiais ficará condicionado à entrega da totalidade de cada pedido, sendo que somente serão pagos aqueles



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROCOLO Nº 11.517.061-9 PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 049/2012
GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL

SEJU
N.º 250
Visto...

PAGAS/SEJU
Fls. 251
11

efetivamente fornecidos e de acordo com as especificações que integram este Contrato.

8.6. A devolução da fatura não aprovada pela SEJU em nenhuma hipótese servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda o fornecimento dos materiais.

8.7. Nenhum pagamento será efetuado estando pendente de liquidação qualquer obrigação da CONTRATADA, sem que isso implique alteração do preço proposto, correção monetária, compensação financeira ou interrupção no fornecimento dos materiais.

8.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela SEJU, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos mediante solicitação da CONTRATADA, e calculados, "pro rata tempore", por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = $i/365$ onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

DA ALTERAÇÃO

CLÁUSULA NONA: Este contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões do objeto, observado o limite previsto em Lei, sem que isso implique aumento do preço proposto.

DA HIPÓTESE DE ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO JURÍDICA

CLÁUSULA DÉCIMA: Na hipótese de alteração das condições de habilitação jurídica da CONTRATADA, mediante fusão, cisão, incorporação ou associação com outrem, a SEJU se reserva o direito de rescindir o Contrato ou continuar sua execução com empresa resultante da alteração social.

10.1. Em caso de cisão, a SEJU poderá rescindir o Contrato ou continuar sua execução pela empresa que, dentre as que surgidas da cisão, melhor atenda as condições iniciais de habilitação em relação ao prazo restante do Contrato.

10.2. Em qualquer dessas hipóteses, deverá ser formalmente comunicada a ocorrência à SEJU, com a documentação comprobatória da alteração, devidamente registrada.

10.2.1. A não-apresentação do comprovante em até 05 (cinco) dias úteis após o registro da alteração social ocorrida, implicará na aplicação da sanção de advertência e, persistindo a situação, poderá ser rescindido o Contrato por culpa da CONTRATADA, com a aplicação da multa e das demais sanções previstas em lei nessa hipótese.



DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 e seguintes da Lei n.º. 8.666/93, bem como:

- a) Por ato unilateral e escrito da SEJU, independente de aviso, interpelação ou notificação judicial.
- b) Por acordo entre as partes, reduzido a termo.
- c) Por incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade revelados pela CONTRATADA durante a execução do Contrato.

11.1. No caso de rescisão unilateral, a SEJU não indenizará a CONTRATADA, salvo pelo fornecimento já realizado até o momento da rescisão.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Pela inexecução total ou parcial do contrato, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções:

a) advertência, por escrito, informando à CONTRATADA sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

b) multa, observados os seguintes limites:

b.1) até 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o décimo quinto dia de atraso, sobre o valor do faturamento mensal, em caso de atraso na execução do objeto, ou pela inexecução parcial da obrigação assumida, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

b.2) até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, no caso de atraso superior a 15 (quinze) dias, nas hipóteses previstas na alínea b.1.

b.3) até 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida, bem como na hipótese de rescisão do contrato, prevista no inciso I do artigo 79 da Lei Federal n.º.8.666/93.

c) suspensão temporária de participar em licitações promovidas pela SEJU e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos da Lei n.º. 15.608/07 e demais disposições correlatas;

d) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal n.º. 8.666/93 e da Lei Estadual n.º 15.608/07.

12.1. O valor da multas aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado do pagamento eventualmente devido pela Administração, ou cobrado na forma da Lei.

12.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato.

DAS VEDAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: É vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira, bem como:

13.1. Interromper a execução do objeto sob alegação de inadimplemento por parte da SEJU, salvo nos casos previstos em lei.



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROCOLO Nº 11.517.061-9 PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2012
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 049/2012
GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL

SEJU
N.º 251
Visto

13.2. Subcontratar o todo ou parte do objeto, ensejando tal ato em sanções administrativas e rescisão previstas neste Contrato.

SEJU
252
4p

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A eficácia deste contrato decorrerá da publicação de seu extrato no órgão de comunicação oficial do Poder Executivo do Estado do Paraná.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: As partes elegem o foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios eventualmente emergentes deste contrato.

E, por estarem assim ajustadas, firmam as partes o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Curitiba, 02 de agosto de 2012

MARIA TEREZA UILLE GOMES
Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

LEONIDAS SERAPIÃO DOS PRAZERES
Vico Comércio de Ferragens Ltda.

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

